

SONIA RACY

Direto da fonte

soracy@estado.com.br



Recorde de arrecadação pode salvar o governo, diz Velloso

●●● A arrecadação da Receita Federal em abril, divulgada ontem, bateu nos R\$ 34,966 bilhões. Trata-se do melhor resultado para meses de abril e o segundo mais forte na série histórica. Este é um fato a ser comemorado? Com certeza, segundo o especialista em contas públicas Raul Velloso, pois, este ano, o governo federal vai depender muito da arrecadação para cumprir os desafios da área fiscal. “Esse comportamento da arrecadação pode salvar, mais uma vez, o governo das dificuldades, previsíveis, por conta de este ser um ano eleitoral e em consequência dos problemas estruturais que a cada ano que passa se agravam”, diz. Segundo ele, é importante que a arrecadação exerça esse papel, pois ninguém quer que haja tremores causados por problemas internos. Já bastam os externos. “Quando o próprio governo está prevendo uma queda da arrecadação em porcentagem do PIB, ter uma receita batendo recordes mês a mês pode evitar um problema maior.”

●●● Esta semana, aliás, para fazer frente a “problemas maiores”, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, já havia anunciado o contingenciamento de R\$ 14,2 bilhões nas despesas do Orça-

mento de 2006. Alguns consideraram esse valor insuficiente para acomodar surpresas negativas tanto pelo lado da receita quanto do das despesas, o que poria em risco o cumprimento da meta de superávit primário de 4,25% do PIB no ano.

●●● Velloso discorda em parte. “O valor pode não ser o ideal, mas o contingenciamento anunciado foi muito forte, difícil de executar num ambiente de arrecadação apertada.” Trata-se de uma das menores despesas discricionárias – que representa apenas 10% do total do Orçamento e é a única passível de contingenciamento – dos últimos anos em porcentagem do PIB. “Isso significa que contingenciaram mesmo. E tiveram de fazer isso justamente porque mantiveram a meta de superávit mesmo ante a expectativa de queda de receita e de um crescimento forte dos gastos obrigatórios, que representam 90% do total do Orçamento federal e não podem ser mexidos. Logo, se a arrecadação vier acima do esperado, isso significa que vai sobrar um pouquinho de carne no osso.”

IMPRESSÃO DIGITAL

Marcus Pratini de Moraes, presidente da Abiec, destaca que, apesar dos embargos e do câmbio, as exportações brasileiras de carne bovina estão em alta. De janeiro a abril, faturaram US\$ 1 bilhão, ante US\$ 872 milhões no mesmo período de 2005. Esse resultado, diz Pratini, se deve a uma pequena melhora nos preços – do ano passado para cá, subiram cerca de 14%. É a diversificação de mercados – hoje o Brasil vende para 176 países –, resultado de um agressivo programa de marketing tocado pelo setor, com apoio do Itamaraty. Na semana passada, o chur-



Marcus Pratini de Moraes
Presidente da Abiec

rasco de picanha, regado a caipirinha, foi na Jordânia. Amanhã, será na Embaixada Brasileira em Haia.

NA FRENTE

PESQUISA

Um levantamento do instituto de pesquisa Market Analysis, com 3.000 consumidores brasileiros, mexicanos e argentinos, indicou que respeito aos direitos trabalhistas e exercício constante da ética são vistos como mais importantes do que criação de empregos ou atividades de apoio social.

Mas há diferenças cruciais em áreas específicas. No México, por exemplo, temas associados a práticas trabalhistas e ética empresarial influenciam a visão de 41% dos entrevistados, enquanto no Brasil a proporção é de um em cada três consumidores e, na Argentina, somente 25%.

PESQUISA 2

No quesito qualidade da marca, o quadro se inverte. Os brasileiros (14%) são os que atribuem menor relevância à avaliação do produto, em contraste com os argentinos (29%).

No Brasil, o centro das atenções ainda reside em fundamentos empresariais: saúde financeira, desempenho econômico e seu porte. Nos outros países estes são fatores bem menos consideráveis”, destaca o diretor da Market Analysis, Fabián Echegaray.

NA LADEIRA

A Bovespa fechou ontem em queda de 1,26%.

Em uma semana, já acumula uma desvalorização de 9,44%.

SEM FÔLEGO

O comércio externo da cadeia têxtil brasileira perdeu fôlego em abril. As exportações caíram de US\$ 195 milhões em março para US\$ 158 milhões.

E as importações somaram US\$ 152 milhões, ante US\$ 204 milhões no mês anterior.

SEM FÔLEGO 2

O grande problema da cadeia têxtil, porém, é outro. No acumulado do primeiro quadrimestre do ano, as exportações de roupas caíram 14% em relação a 2005 e as importações subiram nada menos que 45%.

Desse total, 70% vieram da China.

REVISÃO

Apenas por conta do aumento de 19% no preço do minério de ferro, obtido pela Vale do Rio Doce em negociações com a ThyssenKrupp e siderúrgicas japonesas, a consultoria Tendências aumentou em US\$ 200 milhões as projeções para o saldo acumulado da balança comercial brasileira este ano.

Passou de US\$ 8,2 bilhões para US\$ 8,4 bilhões.

NAS ARÁBIAS

O consórcio da brasileira Odebrecht e da Al-Jaber, dos Emirados Árabes, venceu concorrência para construir mais uma pista no Aeroporto de Abu Dabi.

Valor: US\$ 285 milhões.

CELSO MING

ming@estado.com.br



Câmbio ruim

Aumenta a irritação com a trajetória do câmbio. E, quando as coisas são tratadas mais com as visceras do que com o cérebro, muita bobagem pode ser dita.

Quarta-feira, por exemplo, o governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, defendia a adoção de um sistema múltiplo: o exportador teria direito a mais reais por dólar no câmbio interno do que os demais vendedores de moeda estrangeira. Rigotto está interessado na melhora das receitas dos produtores de soja e pouco se lixando com quem tivesse de pagar esse adicional e com as distorções que esse câmbio provocaria no resto da economia.

Há alguns meses, a excessiva valorização do real era debitada à omissão do Banco Central (BC), que – dizia-se então – selimitava a espiação e a escorregada do dólar. Até o ministro do Desenvolvimento, Luiz Furlan, chegou a bater nesse bumbo.

Hoje, não dá para sustentar essa idéia. De dezembro de 2004 até hoje, o BC já comprou coisa de US\$ 45 bilhões no mercado interno de câmbio – dos quais quase US\$ 15 bilhões apenas neste ano. E há ainda as compras do Tesouro. A atuação agressiva das autoridades não vem conseguindo inverter tendências, mas elimina a acusação de omissão.

Outro diagnóstico que frequenta os debates é o de que a valorização do real se deve à disparidade das cotações das commodities, que, por sua vez, tem a ver com a sofreguidão com que a China se atira às compras. Mas isso explica pouco. A exportação de artigos primários não passa de 26% do total e, nos últimos três anos, cresceu menos do que a de manufaturados. Além disso, um dos setores que mais vem perdendo com a valorização do real é o das exportações de commodities agrícolas. É descabido dizer que estejam derrubando o câmbio.

Não dá para menosprezar o terceiro fator de valorização do real: os juros altíssimos. Eles derrubam o dólar de várias maneiras: evitam saída de dólares; atraem capitais que tiram proveito da diferença entre juros externos e internos (arbitragem); estimulam operações no mercado de derivativos que ten-

O desequilíbrio das contas públicas é a principal causa da queda do dólar

dem a acirrar a tendência que, hoje, é de baixa; antecipam a conversão de dólares em reais pelos exportadores e investidores internacionais; inibem a atividade econômica e contêm as importações, segmento da economia que contribuiria para aumentar a procura de dólares. Mas é bom não esperar demais da queda dos juros. De setem-

bro até agora, eles já recuaram quatro pontos e, no entanto, o real não parou de valorizar-se.

Todos esses fatores têm alguma responsabilidade no câmbio. Mas nenhum deles é tão determinante quanto a questão fiscal. Os juros são elevadíssimos porque há enorme desequilíbrio orçamentário e a dívida está onde está. No dia em que for adotado um plano de ajuste fiscal digno de crédito (mesmo com três ou quatro anos para completar-se), os juros cairão rapidamente, a inflação será controlada, a atividade econômica será maior e sustentável, as importações crescerão e o câmbio se reequilibrará.

É por isso que o projeto do ex-ministro Delfim Netto, que prevê a adoção da meta de déficit nominal zero, apresenta a melhor proposta para conserto do câmbio. A maior vantagem da proposta é que seus efeitos seriam imediatos. Mas falta empenho dos exportadores na defesa dessa idéia.

CONEXÃO RÁPIDA COM A SOLUÇÃO.

www.coelhofonseca.com.br



Opinião

Estado e inclusão social

Rogério L. Furquim
Werneck*



Sábado, quando a longa tragédia vivida por São Paulo nem mesmo tinha chegado ao fim do primeiro dia, o presidente transmitiu a jornalistas que o acompanhavam na viagem a Viena suas primeiras impressões sobre a onda de atentados que eclodira no Estado. Achei pertinente a seguinte consideração, transcrita em *O Globo* de 14/5: “É uma cultura brasileira de confundir investimento em educação com gasto. De investir em política social com gasto. De vez em quando se cria a seguinte coisa: precisamos ter um choque de gestão. Choque de gestão significa cortar gasto, significa mandar gente embora e eu prefiro utilizar um choque de inclusão.”

A declaração dá o que pensar. E nem tanto pela tentativa de auferir ganho eleitoral fácil em meio à crise que vivia São Paulo. Seria ingênuo esperar que, a quatro meses e meio das eleições, Lula lidasse com um acontecimento dessas proporções sem um olho – ou mesmo dois – na campa-

nha eleitoral. O que, sim, chama a atenção é que a declaração denota visão profundamente equivocada da real natureza da crise que aflorou em São Paulo, das formas de sanar as dificuldades que ageraram e da sua inter-relação com a agenda de reforma do setor público.

É bem possível que muitos anos se passem até que o País possa entender com clareza a traumática experiência que viveu há poucos dias. Mas, independentemente de interpretações mais profundas de fatos tão complexos, há aspectos da crise que saltam aos olhos. O que se assistiu em São Paulo representa falha retumbante do Estado no desempenho de um dos seus papéis mais fundamentais, que é o de garantir níveis aceitáveis de segurança e ordem pública. A falha em si não chega a ser uma novidade. Já se vinha tornando a cada dia mais patente, na esteira da flagrante deterioração dos níveis de segurança pública observados nas últimas décadas, não só em São Paulo, mas em todas as áreas urbanas de maior importância no País. O que se viu nesta semana foi tão-somente uma ruptura trágica que culminou esse longo processo de deterioração, a que uma opinião pública cada vez mais brutalizada se vem acomodando a duras penas.

Falhas similares, ainda que sem rupturas tão estrepitosas, vêm sendo observadas em muitas outras áreas nas quais os três níveis de governo têm papéis fundamentais a cumprir. Basta pensar em justiça, educação, saúde pública, saneamento, transporte de massa e ordenamento da ocupação urbana. Para ter desempenho minimamente satisfatório nessas diversas áreas, têm faltado ao Estado no Brasil institucionalização, cobrança política, foco, recursos e competência.

Não há dúvida de que esforços de construção institucional poderão tornar bem mais efetiva a ação do Estado em certas áreas. E segurança é uma delas. É também verdade que mecanismos de cobrança política mais eficazes, propiciados por avanços na reforma política e aprimoramento da legislação eleitoral, poderão contribuir para que o Estado esteja mais alinhado às reais necessidades da população. Mas não há por que esperar por tudo isso para fazer com que a ação do Estado ganhe foco e se concentre nos seus papéis cruciais, que andam tão desatendidos.

A suposta falta de recursos tem de ser qualificada. Com a economia sufocada por uma carga tributária desmedida, as despesas primárias dos três níveis de governo já ultrapassam um

terço do PIB. Bem mais do que se vê em outros países em desenvolvimento onde o Estado tem mostrado desempenho muito superior. Para melhorar a qualidade do gasto, é preciso romper a rigidez dos orçamentos e conter o acesso privilegiado e crescente a recursos públicos que vem sendo dado a grupos de interesse mais influentes, em detrimento da grande maioria da população.

Crescimento econômico sustentado e universalização da presença do Estado, com o cumprimento adequado de seus papéis fundamentais, é a verdadeira política de inclusão que o País hoje requer. É o momento de o Estado fazer escolhas e dar prioridade ao que de fato importa. Ao contrário do que parece crer o presidente, racionalização e contenção de gasto público são passos fundamentais para o avanço dessa política de inclusão.

Com sorte, a experiência trágica de São Paulo talvez possa ser o divisor de águas que dará à sociedade brasileira senso de urgência para, afinal, começar a exigir do Estado o que lhe é de direito.●

*Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor-titular do Departamento de Economia da PUC-Rio

Dívida pública e mercado mundial

A dívida mobiliária em poder do público acusou, em abril, redução de R\$ 18,44 bilhões, o que não acontecia há muito meses. Mas não como reflexo de queda do déficit nominal do governo central, mas, sim, de mudança nas condições do mercado financeiro internacional, que reduziu a possibilidade de colocação de papéis soberanos e obrigou o Tesouro Nacional a aceitar redução dos prazos.

O Tesouro havia programado emissão de R\$ 35 bilhões no mês de abril, mas as novas condições o forçaram a reduzi-la para R\$ 20,314 bilhões, ao mesmo tempo que aumentavam os resgates de R\$ 21,927 bilhões, em março, para R\$ 47,036 bilhões, em abril, com forte impacto negativo na base monetária interna.

Isso resulta não tanto de redução da liquidez internacional, mas da expectativa dos investidores de aumento da taxa básica de juros nos EUA, que os estimula a exigir remuneração maior – e que o Tesouro achou exagerada. Os títulos de 10 anos do Tesouro norte-americano, que pagavam juros de 4,85% ao ano no final de março, tiveram sua remuneração elevada para 5,07% ao ano no final do mês seguinte – o que frustrou boa parte dos planos das autoridades brasileiras ao isentarem de Imposto de Renda os investimentos estrangeiros em títulos da nossa dívida pública. Elas esperavam não só aumentar o volu-

me de colocações, como o prazo desses papéis.

Em março, as instituições estrangeiras adquiriram 41% do total emitido pelo Tesouro, mas em abril essa participação caiu para 29%, porcentagem ainda elevada e que cria riscos para o Tesouro brasileiro.

A retração dos investidores estrangeiros não prejudicou apenas o volume que se desejava colocar, mas também o desejado alongamento de prazo, que, por ser reduzido, representa mais um ponto de vulnerabilidade. De fato, o prazo médio do total da dívida mobiliária em poder do público, que era de 29,53 meses, em março, caiu para 29,31 meses, en-

quanto os papéis com vencimento em 12 meses aumentaram sua participação de 38,43%, em março, para 40,10%, em abril.

A deterioração do perfil da dívida se deve, essencialmente, às dificuldades encontradas para colocar papéis de longo prazo no exterior – como as LTNs de 24 meses, remuneradas por índices de preços, que só foram totalmente adquiridas por investidores estrangeiros porque a oferta foi muito menor. A participação dos títulos prefixados, preferidos pelo Tesouro, caiu de 28,75% em março para 27,61% em abril, enquanto a dos remunerados pela taxa Selic aumentou de 49,55% para 49,98%.

Osacontecimentos do mercado dos EUA, antes de ontem, apontam para dificuldades no manejo da dívida brasileira.●

A mais qualificada equipe de especialistas financeiros do mercado.

111 5029 1515
www.itaubank.com.br

Private
Itaú Bank